

Educação e Trabalho – uma relação complexa

Luciana Garcia de Mello¹
lusociais@yahoo.com.br

Apresentação

A educação comumente é vista como uma variável importante para o modo de inserção e participação no mercado de trabalho. Há uma crença de que quanto maior o nível de escolaridade, melhor a localização na escala sócio-profissional e de que o aumento da escolaridade conduz a uma mobilidade social ascendente. Contudo, a relação entre educação e mercado de trabalho é muito mais complexa, sendo influenciada por questões conjunturais e estruturais. Ao mesmo tempo, essa relação adquire contornos específicos quer se trate de homens ou mulheres, brancos ou negros. Esse artigo busca investigar o papel da educação no mercado de trabalho no período atual. Para tanto utilizou-se como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD de 2006 e estabeleceu-se uma comparação entre dois segmentos populacionais: brancos (brancos e amarelos) e negros (pretos e pardos). Adotou-se também o recorte por sexo. O artigo está dividido em duas etapas, a primeira apresenta uma breve discussão sobre essa relação e a segunda apresenta os dados da pesquisa empírica.

1. A realidade do trabalho

Com a crise econômica dos anos 70 e a ruptura com o compromisso keynesiano-fordista, o mercado de trabalho dos países centrais começou a passar por importantes transformações. A transição do fordismo para o pós-fordismo é marcada por uma desregulamentação e pelo aumento da flexibilidade das relações de trabalho (KUMAR, 1997; HARVEY, 1999). Ao mesmo tempo, há uma mudança importante no processo produtivo que passa a valorizar cada vez mais o valor agregado aos produtos e não somente a quantidade de bens produzidos. E, enfim tem-se a introdução das tecnologias da informação e da comunicação, que é o elemento que marca uma nova fase do sistema capitalista e da organização da produção. Uma das características dessa fase é a diminuição do emprego industrial e o aumento de empregos no setor de serviços, embora haja

¹ Profa. Dra. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS. Bolsista PRODC – UFRGS.

diferenças importantes entre os países (CASTELLS, 1999; OFFE, 1991). De qualquer modo, de acordo com Castells, o emprego “normal”, ou seja, aquele de turno integral, com contrato de trabalho bem definido e com perspectivas de permanência futura, tende a desaparecer. Os diagnósticos do mercado de trabalho não são otimistas. Mattoso (1994) fala em insegurança, que pode ter vários sentidos, referindo-se desde a questão do pertencimento ao mercado de trabalho, devido à intensidade e facilidade dos processos de demissão, até a própria representação do trabalho. Também não faltam trabalhos que apontam para novas formas de precarização. Pochmann (1999), por exemplo, sublinha não apenas o aumento do desemprego, mas também o crescimento de ocupações com baixa qualidade.

Paralelamente a esse diagnóstico pouco animador sobre o mercado de trabalho. Há autores, tais como Harvey (2009), Castells (1999) e Rifkin (1995) que sublinham o processo de polarização dessa esfera social. Assim, haveria de um lado uma proliferação de atividades no baixo terciário, atividades essas repetitivas, rotineiras e facilmente descartáveis, e de outro atividades ricas em conteúdo que simbolizam justamente essa nova fase do capitalismo. Essas últimas reuniriam os profissionais altamente especializados. Em grande medida, essas afirmações parecem se confirmar, mas há um outro aspecto que precisa ser analisado. Qual educação? Que nível educacional as pessoas precisam atingir hoje para pertencer a esse grupo que ocupa o polo superior do mercado de trabalho? Como escapar das ocupações mais precárias? Pastore (1987) sublinha que o papel da educação no mercado de trabalho é mais nítido quando esse apresenta um importante dinamismo e diversificação de ocupações. Esse não é o quadro atual. Segnini (2000) critica a relação harmoniosa que se estabelece entre educação e trabalho. A autora afirma que há um discurso, formulado frequentemente por organismos internacionais reguladores (Banco Mundial, FMI e outros), pelo Estado, pelas instituições representativas de interesses patronais, pelas instituições representativas de interesses de trabalhadores, empresas, imprensa e um grande número de pesquisas científicas, que estabelece uma relação direta entre educação, trabalho e desenvolvimento. Sublinha-se o papel da educação e da formação profissional como fatores importantes para possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, bem como adaptar os trabalhadores as mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego.

Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimento e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruído forem os trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um crescimento rápido da

produção. (...) O desenvolvimento econômico oferece aos participantes do mercado de trabalho oportunidades novas e em rápida mudança (BANCO MUNDIAL apud SEGNINI, 2000, p. 73).

Esse discurso contrasta com a realidade que apresenta, por exemplo, um crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, de acordo com a autora. Visando investigar como essa relação entre trabalho e educação se apresenta, na etapa seguinte apresentaremos a análise dos dados relativos da população economicamente ativa no Brasil em 2006.

2. Educação e participação no mercado de trabalho

De acordo com Beltrão e Teixeira (2004) somente a partir dos anos 80, com a redemocratização do país e a universalização da educação básica e a expansão das universidades privadas, as mulheres conseguiram vencer o hiato em todos os níveis educacionais. Já o acesso a educação dos grupos de cor e raça é diferenciado desde o nível mais básico. Retomando um trabalho de Beltrão e Novellino², esses autores afirmam que pretos e pardos entram mais tardiamente na escola e têm menor probabilidade de sucesso. Todavia, ao estabelecer uma comparação dos dados do Censo de 1960, 1980, 1991 e 2000, concluíram que a diferença na proporção de pretos e pardos no período analisado está diminuindo, devido ao aumento na proporção de pretos nesse nível de ensino. Pretos, amarelos e pardos tiveram ganhos bem maiores que os brancos. Quanto à questão do gênero, os autores afirmam que a população branca inverteu o hiato de gênero, embora o valor esteja perto da unidade. Já no caso dos pretos e pardos também houve inversão, mas as mulheres estão se distanciando. O grupo amarelo ainda não inverteu o hiato de gênero.

Apesar de uma maior inserção de pretos e pardos no ensino superior, o ingresso ocorre relativamente mais em cursos como enfermagem, história, geografia. Nas carreiras masculinas a inserção se dá na teologia e na área militar. Essas duas são as exceções para pretos e pardos. Beltrão e Teixeira (2004) concluíram que os negros além de ter presença reduzida nas universidades, inserem-se em áreas de menor prestígio e de mais fácil acesso no exame de vestibular (serviço social, pedagogia, biblioteconomia, arquivologia). Recuperando a ideia de Ribeiro e Klein³ esses autores afirmam que a entrada no ensino superior é uma seleção de pré-

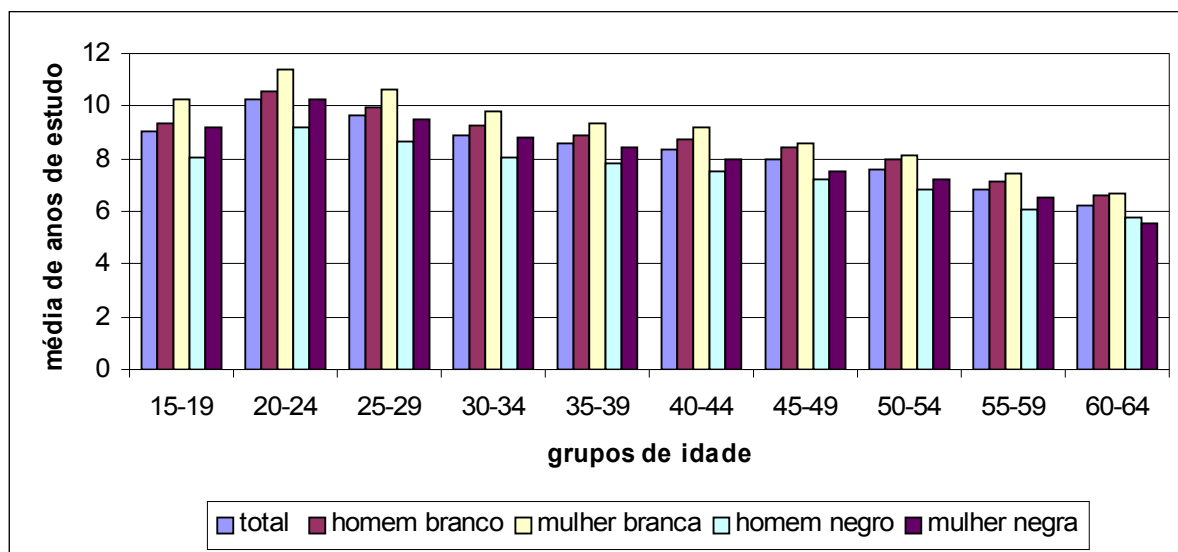
² BELTRÃO, K. I., NOVELLINO, M. S. *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000*. Rio de Janeiro: Ence/IBGE, 2002 (Texto para Discussão)

³ RIBEIRO, S. C.; KLEIN, R. A divisão interna das universidades: posição social das carreiras. *Educação e Seleção*, n.5, p. 29 –43, jan./jun.1982.

selecionados. O processo de seleção é condicionado pela estrutura social. Essas diferenças influenciam a participação no mercado de trabalho.

A população economicamente ativa no Brasil com idade de 15 a 64 anos possui média de anos de estudo de 8,83, o que equivale ao ensino médio incompleto. As mulheres brancas são o segmento populacional que possui melhor escolaridade, ficando em 9,66 a média de anos de estudo desse grupo, seguido dos homens brancos que possuem em média 9,11 e das mulheres negras que têm 8,71. O grupo que possui menor nível de ensino são os homens negros, que têm em média 8,0 anos de estudo. Considerando os grupos de idade, é a população jovem com idade entre 20 e 24 anos que possui níveis de ensino mais elevado, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Média de anos de estudo da população economicamente ativa, segundo o sexo e a raça – Brasil, 2006



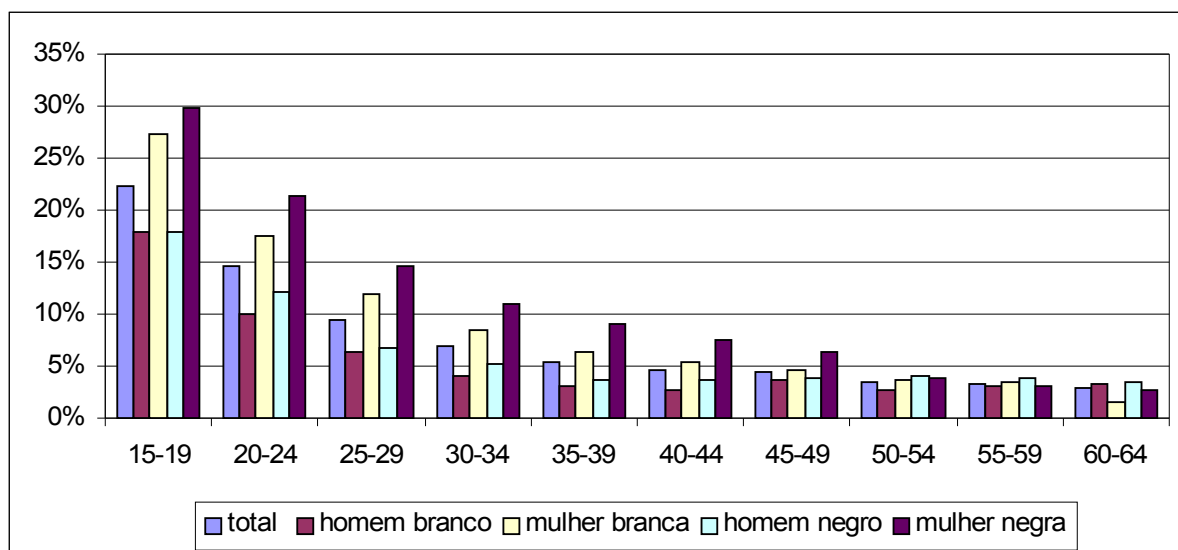
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

Para todos os grupos apresentados no gráfico 1 há um dado constante: o nível de escolaridade aumenta do primeiro grupo de idade, 15 a 19 anos, para o segundo, 20 a 24 anos, e a partir daí a média de anos de estudo é decrescente. De qualquer modo, é possível afirmar que a população com idade entre 15 e 29 anos é mais escolarizada que os segmentos com mais idade. Para qualquer grupo de idade, a população branca é sempre mais escolarizada, sendo que as mulheres

possuem média de anos de estudo superior a dos homens. Em relação à população negra, nota-se a mesma relação, sendo as mulheres mais escolarizadas que os homens, com exceção daquelas que possuem idade entre 60 e 64 anos, visto que a sua média de anos de estudo é de 5,57 anos e a dos homens dessa faixa etária é ligeiramente superior, ficando em 5,77 anos de estudo. Há importantes desigualdades entre os grupos, em primeiro lugar, como já foi mencionado a população branca possui níveis de ensino mais elevado, sendo que a diferença de anos de estudo dos homens negros e das mulheres brancas atinge quase dois anos de estudo. É importante notar que, entre os jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos as diferenças são maiores, ficando em 2,19 e 2,17 anos, respectivamente. Há uma maior proximidade no grupo etário dos 60 a 64 anos. Comparando-se a escolaridade das mulheres brancas com a dos homens brancos e das mulheres negras é possível constatar a vantagem do primeiro grupo, mas as diferenças são menores, ficando em torno de 1 ano em relação às mulheres negras e menos de 1 ano em relação aos homens brancos. Do mesmo modo que foi possível observar na comparação com os homens negros, percebe-se analisando os dados que as jovens brancas de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos possuem uma diferença maior de escolaridade em relação aos homens brancos e as mulheres negras que os outros grupos etários.

Apesar dos jovens e as mulheres brancas serem mais escolarizados são eles que possuem as maiores taxas de desemprego. O gráfico 2 apresenta a taxa de desemprego por faixa etária de acordo com o sexo e a raça.

Gráfico 2 – Taxa de desemprego por faixa etária, segundo o sexo e a raça – Brasil 2006



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

O desemprego não segue a mesma hierarquia estabelecida pela média de anos de estudo, ou seja, não são os grupos menos escolarizados os mais atingidos pelo desemprego. Considerando a taxa de desemprego total, ela fica em 6% para os homens brancos, 7% para os homens negros, 10% para as mulheres brancas e 13% para as mulheres negras. A análise dos dados do gráfico 2 leva a evidência de que o desemprego diminui com o aumento dos grupos de idade para todos os grupos. A taxa de desemprego para os jovens de 15 a 19 anos é de 22%, sendo que esse percentual é menor para os homens brancos e negros, ficando em 18% e maior para as mulheres brancas e negras, atingindo 27% e 30%, respectivamente. Em relação a esses dois últimos segmentos, tem-se que a cada 100 mulheres brancas, 27 estão desempregadas e a cada 100 mulheres negras, 30 estão desempregadas. Na faixa etária seguinte, dos 20 a 24 anos, há uma queda expressiva na taxa de desemprego, que fica em 15%. Para todos os grupos é possível notar que há uma importante diminuição, sendo que para as mulheres brancas e negras ela é mais acentuada, ficando em 9 pontos percentuais; entre os homens brancos há uma redução de 8 pontos percentuais e entre os negros 6 pontos percentuais. Os dados do gráfico 2 nos permitem afirmar ainda que a taxa de desemprego dos homens cai mais rapidamente que a das mulheres. Entre a faixa etária dos 30 aos 64 anos, praticamente, não há variação na taxa de desemprego dos homens brancos e negros. Entre as mulheres dos dois grupos constata-se que, na faixa etária dos 30 aos 34 anos, o desemprego ainda é relativamente alto, ficando em 9% o das mulheres brancas e em 11% o das mulheres negras. Para os homens desse mesmo grupo, a taxa é de 4% para os brancos e 5% para os negros. A vantagem dos homens brancos torna-se menor apenas nos grupos de idade mais elevados. Entre 55 e 59 anos a taxa de desemprego dos homens brancos e das mulheres brancas e negras é a mesma; a dos homens negros é ligeiramente superior, 4% contra 3% dos demais. No grupo etário dos 60 aos 64 anos, são as mulheres brancas que possuem o menor índice de desemprego, 1%.

Pode-se concluir que os homens quase sempre possuem menores taxas de desemprego que as mulheres. Os homens brancos estão menos sujeitos a ficar sem trabalho que os homens negros e as mulheres brancas levam vantagem em relação às mulheres negras. Por outro lado, as mulheres brancas apresentam taxas de desemprego superiores a dos homens brancos e negros, o que contrasta com o nível educacional desse grupo. De modo semelhante, as mulheres negras estão

em desvantagem em relação aos homens negros. Assim, o nível educacional se combina com questões de idade, gênero e de raça para o ingresso no mercado de trabalho. O primeiro fator, idade, releva uma questão de ordem estrutural. O desemprego da população jovem é um problema que atinge não apenas o Brasil, mas a maior parte dos países. Considerando o ano de 2005, a taxa de desemprego dos jovens de 15 a 24 anos é 3,5 vezes maior que a dos adultos. O desemprego dos jovens no Brasil, em comparação ao dos adultos, também é um dos maiores entre dez países pesquisados, perdendo para Itália, Suécia e Reino Unido. Abaixo do Brasil estão Argentina, Estados Unidos, França, Espanha, México e Alemanha⁴.

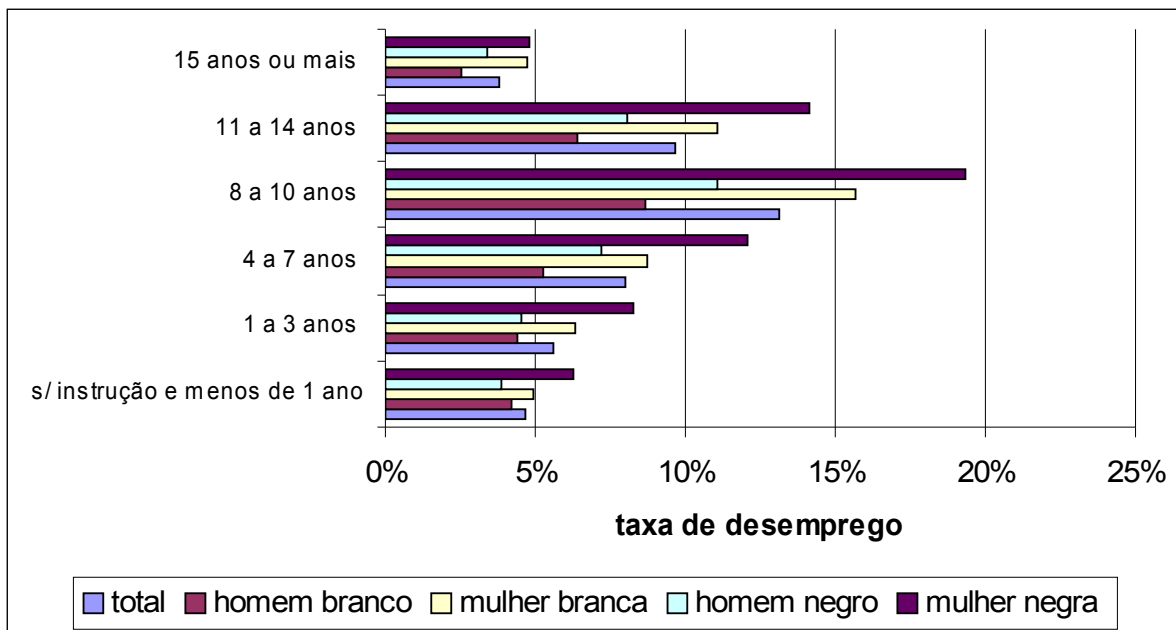
Com a escalada do desemprego, Castro e Aquino (2008) destacam que nos países capitalistas centrais havia o desafio de garantir uma passagem bem-sucedida da escola para o mundo do trabalho, já no Brasil há um duplo desafio: combater o trabalho precoce que prejudica a continuidade dos estudos, bloqueando as oportunidades futuras e a crise do desemprego que atinge acentuadamente a população jovem, excluindo-a dos postos de trabalho ou segregando-a em atividades precárias. O primeiro problema tem se atenuado, conforme os autores, os jovens com idade inferior a 16 anos nascidos na década de 1990 hoje estão menos presentes no mercado de trabalho que aqueles que nasceram na década de 1970. Quanto ao desemprego, não apenas a taxa dos jovens, até 24 anos, supera a dos não-jovens, como ela cresce proporcionalmente mais. Castro e Aquino (2008) afirmam que um dos motivos da alta taxa de desemprego dos jovens é a alta rotatividade desse grupo, seja por iniciativa própria (melhores oportunidades na carreira), seja em razão dos postos de trabalho que eles ocupam, que por serem menos qualificados têm os custos mais baixos de demissão e contratação.

O elevado nível de desemprego das mulheres também é um problema que atinge diversos países. Aquilini e Costa (2003) destacam que o desemprego feminino é ainda mais durável, menos visível e mais tolerado, não sendo considerado um problema social. As autoras mencionam ainda que nas políticas públicas de emprego o desemprego feminino jamais foi colocado como uma prioridade. Quanto à população negra, e sobretudo às mulheres negras que são vítimas de uma combinação de sexismo e racismo, é possível afirmar que com as transformações que ocorreram no mercado de trabalho a partir da década de 80, esse grupo passou a enfrentar dificuldades de inserção e participação ainda maiores (HARVEY, 2009; CASTELLS, 1999; MELLO, 2008).

⁴ Fonte: Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u403567.shtml> Acesso em: 25/04/2010.

Sem dúvida a relação entre nível educacional e taxa de desemprego apresenta nuances para cada grupo. Ao mesmo tempo, como é demonstrado nos dados do gráfico 3, ainda que sejam considerados segmentos idênticos, percebe-se que resta uma ambiguidade.

Gráfico 3 – Taxa de desemprego por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e a raça – Brasil, 2006



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD (IBGE). Elaboração do autor.

As pessoas com maior escolaridade, 15 anos ou mais, em geral, possuem a menor taxa de desemprego. Todavia, deve-se considerar que a taxa de desemprego nesse grupo é a mesma do grupo dos indivíduos sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, mostrando assim uma relação paradoxal. O ingresso no mercado de trabalho é mais fácil para pessoas com muitos anos de estudo e para pessoas com poucos anos de estudo ou sem instrução. A taxa de desemprego é crescente até a escolaridade de 8 a 10 anos de estudo, que equivale ao ensino fundamental completo e ao ensino médio incompleto. Nessa faixa, a taxa é particularmente alta, ficando em 9% para os homens brancos, 16% para as mulheres brancas, 11% para os homens negros e 19% para as mulheres negras. Uma explicação possível é que a maior parte da PEA que possui esse nível de ensino é jovem, na faixa etária dos 15 até os 29 anos, e para esse grupo a taxa de desemprego é particularmente alta. No grupo seguinte, 11 a 14 anos, a taxa de desemprego para todos os grupos sofre uma ligeira queda de 3 pontos percentuais para os homens brancos e negros

e 5 pontos percentuais para as mulheres brancas e negras. E, por fim, no grupo de 15 anos ou mais se chega a patamares semelhantes aqueles do primeiro grupo de escolaridade. Cumpre salientar que a taxa de desemprego das mulheres brancas é a mesma nos dois pólos opostos, o da alta escolaridade (15 anos ou mais) e o da baixa escolaridade (sem instrução e menos de 1 ano). Para os demais grupos, os valores também ficam bastante próximos.

Quanto às desigualdades, pode-se constatar pela análise do gráfico 3 que, ainda que as pessoas possuam o mesmo nível de escolaridade, há uma ordem de preferência no mercado de trabalho: primeiro ingressam os homens brancos, em seguida os homens negros, depois vêm as mulheres brancas e por fim as mulheres negras. É preciso considerar que a taxa de desemprego dos homens brancos e negros é a mesma para o grupo sem instrução e menos de 1 ano e para o grupo com escolaridade de 15 anos ou mais. O sexismo parece ser mais forte que o racismo devido a maior inserção dos homens negros que das mulheres brancas, que são mais escolarizadas, e pelo fato das mulheres negras estarem em desvantagem em relação aos homens negros, que têm o menor nível de instrução. Por outro lado, não se pode negligenciar o efeito do racismo, pois entre um homem branco e um homem negro dá-se preferência ao primeiro; entre uma mulher branca e uma mulher negra, a segunda é sempre preterida.

Um outro elemento a ser investigado é a relação entre o nível de escolaridade e a distribuição ocupacional. A ideia corrente é que indivíduos com mais anos de estudo se inserem em melhores postos ocupacionais. A tabela 1 mostra a distribuição da população ocupada de acordo com seu nível de escolaridade por grupo sócio-ocupacional. São apresentados os dados dos quatro grupos: homens brancos e negros; mulheres brancas e negras.

Tabela 1 – Distribuição dos ocupados por nível de escolaridade em grupos sócio-ocupacionais, segundo o sexo e a raça – Brasil 2006 (%)

Homens brancos						
Grupos sócio-ocupacionais	Escolaridade					
	ano Sem instrução e menos de 1	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	anos 11 a 14	mais 15 anos ou
Trabalhadores do setor rural e do baixo terciário	83,8	75,0	59,1	38,1	16,6	3,5

Operários	8,6	14,7	23,9	28,3	19,4	2,7
Empreendedores e outros empregados	5,7	6,3	10,2	18,2	22,3	7,2
Técnicos e empregados do serviço administrativo	1,6	3,1	5,6	12,2	29,0	28,6
Dirigentes e intelectuais	0,3	0,9	1,2	3,2	12,8	58,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Mulheres brancas						
Grupos sócio-ocupacionais	Escolaridade					
	ano Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	anos 11 a 14	mais 15 anos ou
Trabalhadores do setor rural e do baixo terciário	90,0	84,6	75,7	50,5	17,6	1,8
Operários	4,2	6,6	10,3	14,2	9,0	2,1
Empreendedores e outros empregados	5,0	6,9	9,7	21,4	26,3	7,0
Técnicos e empregados do serviço administrativo	0,7	1,7	3,7	12,5	36,2	32,7
Dirigentes e intelectuais	0,2	0,2	0,7	1,4	10,8	56,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Homens negros						
Grupos sócio-ocupacionais	Escolaridade					
	ano Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	anos 11 a 14	mais 15 anos ou
Trabalhadores do setor rural e do baixo terciário	89,2	82,1	67,6	48,9	22,4	2,5
Operários	6,3	10,2	19,6	25,5	23,4	3,1
Empreendedores e outros empregados	3,2	5,2	8,7	15,2	22,8	10,1
Técnicos e empregados do serviço administrativo	1,1	2,2	3,4	8,6	24,0	28,9
Dirigentes e intelectuais	0,2	0,2	0,6	1,9	7,3	55,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Mulheres negras	
Grupos sócio-ocupacionais	Escolaridade

	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	mais 15 anos ou
Trabalhadores do setor rural e do baixo terciário	91,3	88,3	80,8	59,7	26,2	1,7
Operários	4,0	5,1	9,1	13,5	9,8	0,9
Empreendedores e outros empregados	3,9	5,5	7,5	17,1	24,9	7,1
Técnicos e empregados do serviço administrativo	0,7	1,0	2,3	9,0	33,2	33,8
Dirigentes e intelectuais	0,1	0,1	0,3	0,7	5,9	56,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD (IBGE). Elaboração da autora.

O aumento da escolaridade afasta os indivíduos do grupo de menor “status”, ou seja, aquele referente aos trabalhadores do setor rural e do baixo terciário. Para todos os grupos apresentados na tabela 1, pode-se constatar que as pessoas ocupadas sem instrução e com menos de 1 ano se concentram no ponto mais baixo da escala ocupacional. Todavia, há importantes diferenças, conforme o sexo e a raça. Com igual nível de escolaridade, os homens brancos possuem menor inserção no grupo dos trabalhadores rurais e do baixo terciário, em seguida aparecem os homens negros e as mulheres brancas e negras, respectivamente. A saída da base da escala começa a ocorrer a partir dos 7 anos de estudo. Entre os homens brancos ocupados com escolaridade entre 4 e 7 anos, 59,1% ainda estão nesse ponto; entre os homens negros 67,6%; entre as mulheres brancas 75,7%; e entre as mulheres negras 80,8%. No grupo seguinte de ocupados, 8 a 10 anos de estudo, já uma inserção maior nas outras ocupações. Entre os homens brancos, 46,5% estão no grupo dos operários e dos empreendedores e outros empregados; para os homens negros esse percentual fica em 40,7%; para as mulheres brancas o valor é de 35,6%; e para as mulheres negras 30,6%. Esses dados indicam que os homens, em primeiro lugar os brancos, têm um retorno referente à elevação dos níveis de escolaridade mais rápido que os outros grupos, ou seja, na medida em que aumentam sua escolaridade conseguem mais facilmente se inserir em atividades de maior status. Os demais grupos, apesar do aumento da escolaridade ainda têm inserção relativamente maior na base da escala ocupacional.

Ainda em relação aos dados da tabela 1, é possível notar que as pessoas ocupadas de todos os grupos com escolaridade entre 11 e 14 anos, que equivale ao ensino médio completo e ensino

superior incompleto, ainda se apresentam em percentual relativamente expressivo nos três primeiros grupos: trabalhadores do setor rural e do baixo terciário, operários, empreendedores e outros empregados. O percentual fica em 58,3% para os homens brancos; 68,6% para os homens negros; 52,9% para as mulheres brancas; e 60,9% para as mulheres negras. Há uma grande probabilidade de haver um percentual expressivo de jovens entre esses ocupados. Nota-se também que com igual nível de escolaridade, são os homens negros que ficam mais presos a posições subalternas. Esse dado pode ser explicado pela presença expressiva desse segmento populacional no grupo dos operários. No grupo de escolaridade seguinte, 15 anos ou mais, constata-se que a inserção é majoritária na profissão de dirigente e intelectual e há também um percentual importante na posição de técnico e empregado do serviço administrativo. Considerando apenas o primeiro grupo, dirigentes e intelectuais, pode-se afirmar que são os homens brancos que, com igual nível de escolaridade, conseguem maior inserção nessas profissões. As mulheres brancas e negras se apresentariam em percentual quase idêntico, 56,4% e 56,5%, respectivamente, e os homens negros em proporção ligeiramente menor, 55,4%. Todavia, é importante notar que tomando os dois grupos profissionais de mais alto status em conjunto, são as mulheres ocupadas de 15 anos ou mais que possuem maior inserção. Entre as mulheres negras ocupadas com 15 anos ou mais, 90,3% estão nesses grupos; entre as mulheres brancas têm-se 89,1; entre os homens brancos 86,6% e entre os homens negros 84,3%. A vantagem das mulheres negras é um dado de difícil explicação, mas é importante salientar que ela é provocada por uma maior inserção nas ocupações técnicas e no serviço administrativo, onde a possibilidade de ingresso via concurso público é um fator importante.

Cabe ainda analisar a posição na ocupação dos indivíduos ocupados como um elemento que auxilia na elucidação da relação entre educação e trabalho. A tabela 2 apresenta a distribuição da população ocupada, segundo o sexo e a raça, de acordo com seu nível de escolaridade pela posição na ocupação.

Tabela 2 - Distribuição dos ocupados por nível de escolaridade em posições ocupacionais, segundo o sexo e a raça – Brasil 2006 (%)

Homem branco	
Posição na ocupação	Escolaridade

	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	mais 15 anos ou
Empregados com carteira	23,4	29,0	35,7	45,2	53,5	38,5
Militar e funcionário público	1,8	2,1	2,3	3,5	8,0	17,3
Empregado sem carteira	26,7	21,4	20,1	21,5	13,5	10,6
Doméstico com carteira	1,0	0,7	0,6	0,4	0,1	0,0
Doméstico sem carteira	0,9	0,8	0,5	0,3	0,2	0,0
Conta própria	43,9	41,1	34,7	22,3	15,4	16,2
Empregador	2,4	5,0	6,0	6,9	9,3	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Mulher branca						
Posição na ocupação	Escolaridade					
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	mais 15 anos ou
Empregados com carteira	14,4	16,4	23,0	33,1	49,4	38,6
Militar e funcionário público	2,9	2,7	3,0	3,6	11,0	29,3
Empregado sem carteira	12,3	11,7	11,7	19,4	16,3	11,8
Doméstico com carteira	12,0	10,0	10,9	5,9	1,9	0,0
Doméstico sem carteira	29,8	29,5	23,7	14,6	3,6	0,0
Conta própria	28,1	28,4	24,6	20,2	13,2	12,1
Empregador	0,5	1,2	3,0	3,2	4,7	8,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Homem negro						
Posição na ocupação	Escolaridade					
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	mais 15 anos ou
Empregados com carteira	17,4	25,2	33,2	43,3	54,8	34,9
Militar e funcionário público	1,6	1,6	2,0	3,9	10,7	29,7
Empregado sem carteira	33,0	31,9	29,7	28,5	16,1	12,1
Doméstico com carteira	0,6	0,7	0,6	0,4	0,1	0,0
Doméstico sem carteira	1,2	1,0	0,7	0,8	0,2	0,1

Conta própria	44,3	36,8	30,7	20,0	14,0	14,1
Empregador	2,0	2,8	3,1	3,1	4,0	9,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Mulher negra						
Posição na ocupação	Escolaridade					
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	mais 15 anos ou
Empregados com carteira	8,9	13,9	16,6	25,4	42,3	32,0
Militar e funcionário público	2,6	3,5	3,2	3,4	12,8	44,3
Empregado sem carteira	15,1	12,0	13,6	19,2	19,8	14,2
Doméstico com carteira	5,8	9,6	11,2	7,0	2,7	0,2
Doméstico sem carteira	31,6	32,9	31,2	23,7	6,9	0,2
Conta própria	35,3	27,5	23,0	19,6	13,4	6,0
Empregador	0,6	0,7	1,3	1,6	2,0	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD (IBGE). Elaboração da autora.

Os dados da tabela 2 nos permitem afirmar que na medida em que se observam as pessoas ocupadas mais escolarizadas de todos os grupos, tem-se uma proporção maior de indivíduos entre os empregados com carteira, os militares e funcionários públicos e empregadores. Todavia, essas duas últimas posições absorvem, sobretudo, as pessoas de 15 anos ou mais de estudo. Entre os homens brancos com 15 anos ou mais de estudo, 17,3% estão na posição de militar ou funcionário público e 17,4% são empregadores; para os homens negros esses percentuais ficam em 29,7% e 9,0%, respectivamente; para as mulheres brancas têm-se 29,3% e 8,2%, respectivamente; e para as mulheres negras os valores são 44,3% e 3,2%, respectivamente. É importante notar que a posição de empregador é um *locus* privilegiado dos homens brancos, onde as mulheres negras praticamente não entram. Outro fator relevante é que as pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de estudo têm menor inserção relativa entre os empregados com carteira. Ao que tudo indica há uma migração para o emprego público ou para a posição de empregador. Outra tendência que pode ser observada para todos os grupos é a menor inserção na atividade de conta própria.

A tabela 2 também demonstra dados que revelam importantes desigualdades. Os homens brancos e negros mais escolarizados têm menor inserção entre os empregados sem carteira, com

exceção dos indivíduos brancos do grupo com escolaridade entre 8 e 10 anos de estudo, provavelmente os jovens. O mesmo não ocorre com as mulheres. Entre as brancas, há uma ligeira redução no percentual relativo comparando-se o grupo daquelas que não têm instrução ou possuem menos de 1 ano e aquelas que possuem entre 1 e 3 anos de estudo. Para além desse nível de escolaridade o percentual se mantém, sendo que ele é maior para as pessoas com 8 a 10 anos de estudo (19,4%) e 11 a 14 anos (16,3%). Entre as negras, pode-se fazer a mesma afirmação, ficando os percentuais em 19,2% e 19,8%, respectivamente. Desse modo, quase 20% das mulheres negras ocupadas que possuem ensino médio completo ou ensino superior incompleto trabalham sem carteira assinada. Outro dado importante é que o emprego doméstico é um *locus* de atuação essencialmente feminino e a proporção de mulheres que desempenham esse trabalho e não têm carteira assinada é bastante expressiva. Entre as mulheres brancas a proporção nessa posição ocupacional, incluindo aquelas que têm carteira e as que não possuem, vai decrescendo relativamente de acordo com a escolaridade. Já entre as mulheres negras a proporção fica relativamente menor no grupo entre 4 a 7 anos de estudo, quando 42,4% das pessoas ocupadas são domésticas, para as brancas o percentual é bem inferior 34,6%, havendo uma diferença de quase 8 pontos percentuais. No grupo seguinte, as ocupadas com escolaridade entre 11 e 14 anos, ainda há 9,6% de mulheres negras como empregada doméstica e 5,5% de mulheres brancas. Por outro lado, considerando as mulheres ocupadas com nível superior, 15 anos ou mais, o percentual de domésticas brancas é nulo e o de negras é ínfimo 0,2%.

É possível afirmar ainda que entre os ocupados menos escolarizados, os homens se refugiam nas atividades por conta própria e as mulheres no trabalho doméstico. Uma maior formalização, o que inclui inserção no emprego com carteira (exceto o doméstico)⁵, militar e funcionário público e empregador, começa a ocorrer com 8 a 10 anos de estudo. Entre os homens brancos ocupados com esse nível de ensino 55,6% estão nesse grupo, o percentual de homens negros é menor, ficando em 50,3%, bem como o das mulheres brancas e negras que fica em 39,9% e 30,4%, respectivamente. Entre os ocupados de 11 a 14 anos de estudo, a taxa de formalização dos homens brancos é de 70,8%, a dos homens negros 69,5%, as mulheres brancas 65,1% e as mulheres negras 57,1%. Dado relevante é que entre as pessoas com 15 anos e mais de estudo, são as mulheres negras com 79,5%, seguidas das mulheres brancas 76,1%, dos homens negros 73,6% e dos homens brancos 73,2%, que possuem a maior proporção relativa no trabalho formal. Deve-

⁵ O emprego doméstico foi retirado para permitir a comparação das mulheres ocupadas com os homens ocupados.

se levar em conta dois fatores: entre os homens brancos o percentual relativo que trabalha por conta própria é o mais alto, 16,2%, e as mulheres negras têm alta inserção no emprego público 44,3%. Quanto ao primeiro elemento, Beltrão et al. (2003) analisando os dados das PNADS entre 1992 e 2001 concluíram que a população branca apresenta uma taxa maior de formalização que a população negra e mesmo controlando por anos de estudo, sexo e idade a variável cor é significativa. Essa conclusão não invalida a análise, primeiro porque há uma importante diferença temporal, os dados utilizados para o cálculo são de 2006, e segundo porque esses autores calcularam a taxa de formalização a partir da inserção ocupacional com carteira assinada, empregadores e conta-própria com contribuição para a previdência. Assim, tanto pode ter ocorrido uma mudança, como por exemplo a maior inserção das mulheres negras no emprego público, quanto o tratamento conjunto da categoria conta-própria pode ter levado a distorções. Sem contar ainda o fator educacional, pois a formalização das pessoas negras mostrou-se superior entre os indivíduos com 15 anos ou mais de estudo.

Um último fator a ser abordado é a questão dos rendimentos. O rendimento médio da população ocupada no Brasil é de R\$852,86. Para os homens brancos ele atinge o valor de R\$1.270,62, para os homens negros R\$654,68, para as mulheres brancas R\$865,35 e para as mulheres negras R\$475,26. A vantagem relativa dos homens brancos se mantém, ainda que seja utilizada a escolaridade como variável de controle. Já as mulheres brancas que estão no mesmo nível educacional que os homens negros recebem rendimentos menores que eles e as mulheres negras permanecem sempre como as mais mal remuneradas. A tabela 3 apresenta o rendimento médio dos ocupados, segundo o sexo e a raça, por escolaridade.

Tabela 3 – Rendimento médio dos ocupados no trabalho principal por escolaridade, segundo o sexo e a raça – Brasil 2006 (R\$)

Escolaridade	Total	Brancos		Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
S/ instrução e menos de 1 ano	323,30	406,36	292,14	329,85	229,92
1 a 3 anos	423,47	573,24	375,85	418,01	263,73
4 a 7 anos	543,69	766,97	408,83	535,80	325,96
8 a 10 anos	614,91	852,92	505,69	600,68	376,85
11 a 14 anos	938,86	1.319,94	787,04	922,10	565,99

15 anos ou mais	2.591,84	3.583,31	2.027,02	2.623,54	1.486,63
-----------------	----------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD (IBGE). Elaboração da autora.

O aumento no nível de escolaridade garante maiores rendimentos para todos os grupos. Pode-se observar, analisando os dados da tabela 3 que as pessoas ocupadas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, com exceção dos homens brancos, recebem um salário inferior ao salário mínimo de 2006, que equivalia a R\$350,00. Os homens negros passam a ganhar rendimento superior ao salário mínimo com escolaridade de 4 a 7 anos de estudo, as mulheres brancas com escolaridade de 8 a 10 anos e as mulheres negras apenas com 11 a 14 anos de estudo. Mais uma vez nota-se que os homens estão em posição vantajosa no mercado de trabalho, uma vez que são melhor remunerados. Os homens brancos são os que possuem maior rendimento, seguidos dos homens negros. As mulheres brancas possuem remuneração superior a das mulheres negras. O salário das mulheres negras fica mais próximo do salário dos homens brancos justamente entre os ocupados sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, onde elas recebem o equivalente a 57% do salário deles. Por outro lado, entre os ocupados com 15 anos ou mais, as disparidades são maiores, elas recebem 41% do salário de um homem branco. Os homens negros ocupados do grupo sem instrução e com menos de 1 ano de estudo recebem o equivalente a 81% do salário dos homens brancos, nos demais grupos o valor equivale, em média, a 70%. As mulheres brancas ocupadas do grupo sem instrução e com menos de 1 ano de estudo recebem o equivalente a 72% do salário do homem branco, mas no nível mais alto as disparidades são altas ficando em 57%, maior apenas que no nível de 4 a 7 anos de estudo. Pode-se concluir portanto que as disparidades ao invés de diminuírem entre as pessoas mais escolarizadas, tornam-se maiores.

É importante sublinhar que um homem branco ocupado com 15 anos ou mais de estudo recebe quase 9 vezes mais que um homem branco ocupado sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo. Essa mesma diferença para as mulheres brancas é de quase 7 vezes mais, para os homens negros quase 8 vezes mais e para as mulheres negras pouco mais de 6 vezes maior. Isso significa que os homens brancos saem com uma vantagem inicial, pois são os que recebem o maior rendimento e o ganho que os outros grupos adquirem com o aumento da escolaridade não permite que a igualdade seja atingida.

Considerações finais:

A conclusão mais importante desse trabalho é que a educação tem contribuição restrita para a redução das desigualdades, ou seja, pessoas que possuem o mesmo nível educacional se inserem e participam do mercado de trabalho de forma bastante diferenciada. Assim, como sublinha Segnini (2000) a relação entre educação e trabalho é social e fatores como sexo, raça e idade têm importância crucial. É possível observar uma certa coincidência na trajetória das mulheres e dos negros, como já foi notado por diversos autores. Esse fator pode ser explicado tanto pelo racismo quanto pelo sexismo.

Por um lado, qualquer que seja a sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas (BOURDIEU apud BELTRÃO; TEIXEIRA, 2004, p. 1).

Outro dado fundamental é que no período atual faz bastante diferença ter um nível de escolaridade muito baixo (sem instrução e menos de 1 ano de estudo) ou muito alto (15 anos de estudo ou mais). As pessoas desses dois polos apresentam nítidas diferenças, seja em relação a rendimentos, seja no que se refere à distribuição ocupacional. Ao mesmo tempo, parece haver uma “preferência” dos empregadores por esses dois grupos de modo que os indivíduos que possuem nível de escolaridade intermediário acabam encontrando grandes dificuldades de inserção. Uma explicação bastante plausível é que não há geração de postos de trabalho que possam incorporar esse contingente de mão-de-obra. Desse modo, acentua-se o processo de polarização da população ocupada. O problema é que as posições superiores concentram relativamente bem menos trabalhadores que as posições inferiores.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Kaizô I.; SUGAHARA, Sonoe; PEYNEAU, Fernanda P.; MENDONÇA, João Luis. **Mercado de trabalho urbano: clivagens raciais na década de 1990**. Rio de Janeiro: IPEA, outubro 2003 (Texto para discussão 987).

BELTRÃO, Kaizô I.; TEIXEIRA, Moema de P. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 e 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, outubro 2004 (Texto para discussão 1052).

SEGNINI, Liliana R. Educação e trabalho – uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em perspectiva**, 14(2) 2000: p. 72 – 81.

CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, abril 2008 (Texto para discussão 1335).

AQUILINI, Guiomar de H.; COSTA, Patrícia L. O sobre-desemprego e a inatividade das mulheres na metrópole paulista. **Estudos Avançados**, vol. 17, n. 49, São Paulo, set./dec. 2003. p. 17 – 34.

MELLO, Luciana G. **O Lado do negro no mercado de trabalho**. In: 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008. Minas Gerais: Caxambu.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2009.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MATTOSO, Jorge. O Novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: Comin, Álvaro et. Al. **O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.